

AduSP

INFORMATIVO

E agora, João?

João Grandino Rodas assume a Reitoria da Universidade de São Paulo para o período que vai até o dia 25/01/2014, tendo sido fixada a posse para 25/01/2010.

Como temos repetido há décadas, o processo de escolha de reitor da USP é anacrônico, antidemocrático e fere a já frágil autonomia universitária.

Em função dos acontecimentos que abalaram a universidade no primeiro semestre deste ano e que culminaram com a invasão do campus pela Polícia Militar, chamada pela reitora, o processo sucessório deste ano adquiriu características inéditas. De um lado, o autoritarismo presente na estrutura de poder da universidade, bem como as propostas de democratização, que incluem a convocação de uma Estatuinte paritária, democrática e soberana, defendida pelo movimento docente, estudantil e dos funcionários, ganharam as páginas de jornais e revistas. De outro lado, a pauta de reivindicações desse movimento marcou forte presença tanto nos debates organizados pela AduSP, visando à Eleição Democrática para Reitor, quanto nos debates institucionais do processo sucessório estatutário.

Nesse cenário, vários dos candidatos a reitor, inclusive o próprio Rodas, incorporaram em suas propostas de gestão vários elementos da pauta do movimento, como a necessidade de democratizar a estrutura de poder da USP, estabelecer diálogo com as entidades, discutir a reforma da carreira docente, resolver a ação do gatilho, e outros.

Transformar essas promes-

as eleitorais em ações concretas de gestão administrativa, acadêmica e política é o mínimo que se pode esperar — e exigir — do novo reitor.

Sabemos que em gestões anteriores essa prática esteve longe de ser cumprida. Para exemplificar esse descompasso entre promessas de campanha e ações desenvolvidas, basta mencionar a expectativa que setores progressistas da universidade nutriam, quando da posse de Suely Vilela, e o desencanto que eles tiveram de manifestar ao longo de sua gestão.

Nas negociações que envolveram o movimento docente e a então reitora, podemos apontar algumas das razões que dificultaram o estabelecimento de uma convivência minimamente razoável: silêncio constrangedor face aos ataques desfechados por Serra contra a autonomia universitária no início de 2007; reforma da carreira docente aprovada no Conselho Universitário (Co) sem discussão adequada e sem justificativa acadêmica; protelação descabida da execução do pagamento da ação judicial referente aos gatilhos salariais de 1987; continuidade de oferta de cursos pagos com certificados emitidos pela universidade. Uma análise detalhada desses temas pode ser encontrada no número 45 da *Revista AduSP*.

Embora o novo reitor João Grandino Rodas, como dito acima, tenha mencionado em sua campanha algumas das bandeiras do movimento, várias de suas ações e manifestações em tempos recentes poderiam pre-nunciar tempos difíceis. Afinal, foi dele a propositura ao Co de autorizar o chamamento da PM ao campus do Butan-

tã, e, em atitude similar, apelo à tropa de choque para encerrar protestos no interior da Faculdade de Direito, sob sua direção; foi ele um dos defensores da reforma da carreira docente na qualidade de membro da Comissão Especial de Reforma do Estatuto da USP, hoje extinta.

Acreditamos que o movimento articulado de docentes, estudantes e funcionários, pautado por um relacionamento que respeite as decisões tomadas por cada uma das entidades que o compõem, poderá levar o novo reitor a cumprir a intenção anunciada de pautar temas que constituem parte de nossas reivindicações e o estabelecimento de um diálogo inicial que possa ser politicamente produtivo. Vamos indicar dois

exemplos de posicionamento do novo reitor que podem suscitar esse início de diálogo.

O primeiro está preso a um breve trecho de sua entrevista ao *Jornal da USP* (23 a 29/11), onde ele assim se manifesta: “Depois que o Crusp foi invadido e muitos alunos levados, em 1968, ao invés de se fazer a sua extensão normal, ele foi limitado e se derubou um dos ‘esqueletos’. A Reitoria foi transferida para lá, com adaptações. (...) É o caminho de volta.” Bem, esse caminho já se iniciou com a transferência do gabinete e mais adiante de outros órgãos para o prédio da Antiga Reitoria. E os “esqueletos”? Serão transformados num reinício da “extensão normal” da moradia estudantil neste e em outros campi da USP?

O segundo está relacionado a uma fala do novo reitor em um debate sobre carreira docente, promovido pela AduSP em 19/2 deste ano, quando ele argumentou que a carreira docente atualmente oferece poucos atrativos inclusive porque os salários estariam “significativamente abaixo do mercado”. Bem, isso pode significar a intenção do novo reitor de valorizar os salários e discutir de fato amplamente a questão da carreira docente.

Percebemos assim que, mesmo sabendo que as reivindicações centrais do movimento — como é o caso da Estatuinte paritária, democrática e soberana — vão exigir muita luta, dialogar é preciso.

E agora, colegas?

Justiça determina penhora de bens da Apeoesp!

O Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) e seu ex-presidente Carlos Ramiro tiveram a penhora de seus bens determinada pela Justiça de São Paulo para garantir o pagamento de uma indenização referente a uma manifestação realizada em 2005. Cabe recurso.

No dia 5/11/05, cerca de 30 mil professores se reuniram em frente à Assembleia Legislativa para pressionar os deputados a votarem contra o Projeto de Lei Complementar 26, que ameaçava demitir 200 mil funcionários e 120 mil professores temporários da rede estadual de ensino. Impedidos de

entrar por determinação da Mesa Diretora da Alesp, os professores, reunidos em assembleia, decidiram seguir em passeata até o Masp. A manifestação foi vitoriosa: no mesmo dia o governador Geraldo Alekmin retirou a proposta. No entanto, em seguida, veio a retaliação, por meio de ação do Ministério Público Estadual, muito ligado ao PSDB, partido do governador.

A ação, de um gênero à época inédito, condenou o então presidente da Apeoesp a pagar pessoalmente uma multa de quase R\$ 4 milhões, sob a alegação de que a manifestação não havia sido previamente comunicada

às autoridades. Constatada a impossibilidade de Ramiro pagar tal quantia, o valor da indenização foi reduzido para cerca de R\$ 1,2 milhão e a dívida passou a ser considerada solidária, sendo dividida entre ele e o sindicato.

“Nós realizamos atividade prevista na Constituição, no direito à livre manifestação. Essa ação faz parte do processo de criminalização do movimento sindical, da ação do Governo do Estado no sentido de inviabilizar a Apeoesp”, afirma Ramiro. “A única forma de reivindicação que temos é a manifestação, que vem sendo sistematicamente impedida por ações judiciais”.

EàD é a solução para a falta de professores na Educação Básica?

No dia 11/11, aconteceu em Campinas o segundo evento do “I Fórum de Debates sobre EàD”. A atividade é fruto de acordo firmado entre Fórum das Seis e Cruesp (*Informativo Adusp* 296) e teve como tema central “Faltam professores para a Educação Básica? EàD é a solução?”.

Pelo Fórum, debateram os professores Otaviano Augusto Helene, do Instituto de Física da USP, e Ivany Rodrigues Pino, da Faculdade de Educação da Unicamp. Pelo Cruesp, as professoras Maria Elizabeth de Almeida, do Programa de Pós-Graduação em Educação-Currículo da PUC-SP, e Bernadete Gatti, da Fundação Carlos Chagas e consultora da Unesco.

O evento contou com transmissão ao vivo pela Internet, incluindo o recebimento de perguntas e a tradução para a Língua Brasileira de Sinais (Libras), feita pela professora Sônia Maia. Estavam presentes professores, funcionários e estudantes da Unicamp, USP, Centro Paula Souza e campi da Unesp de Rio Claro, Assis, São José do Rio Preto e Bauru.

Mediação

A professora Elizabeth iniciou a exposição conceituando EàD como um “modelo de educação necessariamente mediatizada por tecnologias e intencionalmente pedagógica”. Ela considera errônea a comparação entre ensino presencial e à distância. “Não há sentido em comparar o melhor da educação presencial com o pior de EàD e nem o contrário”, ponderou. “Nós partimos do pressuposto de que não é a modalidade que garante a qualidade.”

Outra crítica aos cursos à distância que merece ser des-



Professores Otaviano Helene e Maria Elizabeth

mistificada, segundo a docente da PUC, é relativa ao papel do professor no processo de EàD. Enfatizando que distância não significa, necessariamente, ausência, Elizabeth disse que essa modalidade de ensino exige professores bem formados. “Por isso, não gosto do termo tutor”.

Para Elizabeth, EàD não é a solução para todos os problemas educacionais, mas sim uma das soluções possíveis. “As tecnologias são estruturantes do currículo e não apenas instrumentos de transmissão de informações”, disse.

Deficit

A professora Bernadete focou a fala inicial na situação da categoria de professores no país. De acordo com levantamento do Inep/MEC, o país conta com cerca de 2,6 milhões de professores, dos quais aproximadamente 735 mil não dispõem de formação superior. “Isso sinaliza um deficit grande de formação entre os professores em exercício”, pontuou.

Bernadete destacou, também, o baixo índice de professores com formação superior específica na área em

que lecionam (citou a área de Física, na qual só 9% dos docentes têm formação específica). “A realidade é que a formação de professores nunca foi preocupação central das grandes universidades, embora o filho de todo mundo precise deste profissional”, criticou.

Ela disse não ser favorável ao uso indiscriminado da educação à distância, mas destacou que suas análises apontam necessidades que a educação presencial não dá conta de solucionar. Revelou preocupação com os números de EàD no país: de 24.389 alunos matriculados em cursos à distância em 2002, saltou-se para cerca de 1,5 milhão em 2007 (dados do MEC). A taxa de concluintes não ultrapassa 27%. “A educação à distância está sendo feita de forma atabalhoada tanto no setor público quanto no privado e isso exige reflexão”, reforçou.

Contradições

O professor Otaviano procurou demonstrar a incongruência dos argumentos mais utilizados para justificar a proliferação do EàD. O



Professoras Ivany (ao microfone) e Bernadete

primeiro aspecto que destacou é que não faltam professores no país. Considerando o número dos que se aposentam anualmente, seriam necessários, em média, 50 mil novos profissionais a cada ano. Contudo, o país forma cerca de 170 mil professores todos os anos.

“Parte considerável destes professores não vai para a sala de aula, por problemas que vão desde os baixos salários até as condições precárias de trabalho”, explicou Otaviano. “Assim, apresentar EàD como solução só fará crescer o número de professores fora da sala de aula”.

Outra contradição é o grande número de vagas à distância oferecidas na área de Pedagogia. A Unesp, por exemplo, abriu 1.350 vagas por meio do projeto Univesp, com início previsto para março de 2010. “O curioso é que a Pedagogia forma cerca de 70 mil pessoas por ano, o que seria mais do que suficiente para cobrir a demanda”, exemplificou.

O crescimento acelerado de EàD no Brasil nos últimos anos pode ter explicações bem concretas, como a exigência, prevista no Pla-

Fotos: Bahiji Haji/Fórum das Seis

no Nacional de Educação (PNE), de que 30% dos jovens entre 18 e 24 anos estejam matriculados no ensino superior até 2011.

A professora Ivany corroborou as ponderações do colega da USP. Ela considera que uma das razões para a rápida expansão das vagas à distância tem relação com a crise enfrentada pelas instituições privadas de ensino superior, que procuram meios de manter suas taxas de lucratividade. “Estamos vendo várias universidades serem vendidas para grupos estrangeiros, que chegam aqui para implantar seus modelos de educação. É a globalização da educação”, ironizou.

O próximo debate

“É possível formar bons profissionais para o país via EàD?”, 02/12/2009, das 14 às 18h, no Anfiteatro da FAU (USP).

Debatedores: Edmundo Fernandes Dias, Klaus Schlünzen Junior, Manoel Oriosvaldo de Moura e Sueli Guadalupe de L. Mendonça.

O evento será transmitido pela Internet (mais informações no site www.usp.br/prg)

Fia pagou “professores-bolsistas” para dar aulas na FEA no lugar de 6 docentes ligados à fundação

Sindicância constata a ilegalidade. Professor que fez a denúncia sofre assédio moral e perseguições no Departamento de Administração

Entre 2006 e 2008, no curso regular de graduação em Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA), seis “professores-bolsistas” sem qualquer vínculo com a USP, contratados e remunerados pela Fundação Instituto de Administração (FIA), lecionaram disciplinas oficialmente atribuídas a seis professores concursados. A figura do “professor-bolsista” não existe no Estatuto da USP. Foi criada em reunião do Conselho do Departamento de Administração realizada em 4/12/2006, ao mesmo tempo que a figura do “professor-tutor”, expressão que passou a designar os professores do departamento que viriam a ser substituídos por “bolsistas” nas salas de aula.

A substituição beneficiou os professores Cláudio Felisoni de Ângelo, Maria Tereza Leme Fleury (ambos ex-diretores da FEA), Roberto Sbragia, Nicolau Reinhard, José Roberto Savóia e Geraldo Toledo, todos eles ligados à FIA. No chamado “Programa de bolsa para reforço ao quadro de pesquisadores e docentes do Departamento”, cada um deles aparece como tutor relacionado a um determinado bolsista.

A denúncia partiu do professor José de Oliveira Siqueira, que leciona na FEA desde 1990 e atuou paralelamente na FIA até 2003, quando se desligou da entidade privada, após tornar-se efetivo na USP. Siqueira acaba de apresentar à Ouvidoria Geral da USP documento em que relata as questões relacionadas ao pro-

grama de “bolsistas” e detalha as perseguições acadêmicas de que tem sido vítima desde que deixou a FIA por vontade própria.

Uma sindicância interna da FEA, encerrada em junho de 2009, atestou que, “conforme denunciado” por Siqueira, “existiu um programa de pesquisador-bolsista ou professor-bolsista no Departamento de Administração”; o bolsista “entre outras atividades, ministrava aulas aos alunos do curso de graduação em Administração”; o programa “foi aprovado pelo Conselho do Departamento”; “as bolsas eram concedidas pela FIA-Fundação Instituto de Administração, com a qual o pesquisador-bolsista

assinava um contrato”.

“Atenuantes”

Apesar da gravidade do fato, a comissão sindicante, presidida pelo professor Renaldo Guerreiro, deixou de ouvir os “professores-tutores”. No relatório final, ela considera que a criação do programa derivou de uma “interpretação equivocada da figura de professor colaborador definida no Estatuto da USP” e que a “motivação do Conselho do Departamento foi solucionar um problema grave que existiu entre 2006 e 2008, quando havia obrigatoriedade de licença-prêmio pelos docentes”.

A comissão entende que tal “motivação”, bem como

“o fato de que, atualmente, não existem mais professores nessa condição” (o programa foi encerrado no final de 2008, após as denúncias de Siqueira), são “atenuantes da irregularidade praticada”. Nenhum tipo de punição aos envolvidos foi prescrita pela comissão.

O diretor da FEA, professor Carlos Azzoni, encaminhou ofício aos chefes de departamento esclarecendo que “de acordo com a legislação vigente, somente podem ministrar aulas de graduação e pós-graduação os seguintes docentes: 1) professores regularmente contratados pela USP, admitidos por meio dos

continua na página 4



Daniel Garcia

Professor José Siqueira

Diretor da FEA evita responder sobre ilegalidade

O diretor da FEA, professor Carlos Azzoni, evitou responder às três perguntas que lhe foram encaminhadas pelo *Informativo Adusp* sobre o caso dos “professores-bolsistas” do Departamento de Administração (EAD). Ele limita-se a sugerir que não pretende tomar qualquer providência punitiva. Por correio eletrônico, a reportagem enviou-lhe as seguintes questões:

1. “O fato de a FIA remunerar pessoas contratadas sem concurso, com a finalidade de ministrar aulas no Departamento de Administração como substitutas de professores da USP que atuam como coordenadores de projetos na própria FIA, além de representar uma ilegalidade suscita uma situa-

ção de conflito de interesses. O sr. concorda?”

2. “A Comissão Sindicante criada pelo sr. por meio da portaria interna 032009/ATAc/FEA constatou que a denúncia do professor Siqueira sobre a existência dos ‘professores bolsistas’ era procedente. No entanto, não colheu depoimentos dos professores do EAD que se beneficiaram da atuação dos ‘professores-bolsistas’, nem prescreveu punições ou o aprofundamento das investigações. Como diretor da FEA, o sr. pretende tomar alguma outra medida que vá além da simples advertência aos departamentos para que não promovam novas contratações ilegais?”

3. “O professor José de Oliveira Siqueira encami-

nhou à Ouvidoria da USP relato de perseguições e assédio moral que estaria sofrendo no EAD desde que decidiu desligar-se da FIA. O sr. tem conhecimento dos fatos por ele denunciados?”

A resposta do professor Azzoni: “Foi feita uma solicitação pelo professor de constituição de comissão de sindicância, que foi instaurada nos termos do regimento da USP, e da qual participaram apenas professores externos ao Departamento do professor. A Comissão realizou sua tarefa, produziu suas conclusões e fez recomendações. Seu relatório foi encaminhado à Consultoria Jurídica, como requerido. A CJ entendeu que os procedimentos formais foram cumpridos e encaminhou o

processo à FEA, para providências. Cumpridos os requisitos formais, esta diretoria acatou as sugestões da Comissão de Sindicância”.

Viagens

O *Informativo Adusp* enviou perguntas, por correio eletrônico, a todos os “professores-tutores”, solicitando que se manifestassem. Também entrou em contato com suas secretárias. O professor Geraldo Toledo, consultado por telefone, disse que não responderia. Os professores Roberto Sbragia e José Roberto Savóia estão no exterior. Os professores Cláudio Felisoni de Ângelo e Nicolau Reinhard estão em viagem. A professora Maria Tereza Leme Fleury aposentou-se e não foi localizada.

Presidente da FIA era substituído em sala por “bolsista”

concursos da carreira docente; 2) colaboradores seniores, que são os professores aposentados da própria USP (...); 3) professores visitantes, conforme o artigo 87 do Estatuto (...); 4) professores colaboradores, de acordo com o artigo 86 do Estatuto, os quais podem ser contratados somente por meio da Reitoria”.

“Lugar nenhum”

A suposta analogia entre “professor-bolsista” e professor colaborador da USP surgiu no depoimento do chefe do departamento, professor Isak Kruglianskas, à comissão. O chefe do departamento, tentando defender-se da acusação de que a contratação de professores sem concurso é ilegal, chegou a afir-

mar que “em termos absolutos, não é verdade, porque o Estatuto da USP prevê a contratação de pelo menos duas categorias docentes sem concurso, que são as de professor visitante e professor colaborador” e que “não está escrito em lugar nenhum que é necessário fazer concurso para contratar ou admitir esses professores”.

Resta o fato de que os docentes são necessariamente contratados pela USP e não por outra instituição. Mas Kruglianskas deixou claro, no depoimento, que “o contrato era firmado entre a FIA e o pesquisador bolsista” e que “a FIA patrocinou esse programa”.

Outra questão a considerar é que professores da FEA que foram designados para le-

cionar determinadas disciplinas, como parte de seu dever funcional, não o fizeram, presumivelmente ao longo de três anos. Como todos os seis participam ativamente da FIA, entidade privada que remunerou os “professores-bolsistas”, e como todos os seis aparecem como “tutores” desses bolsistas, o caso comporta um claro conflito de interesses. Especialmente porque o professor Felisoni de Angelo é o atual presidente da FIA.

Retaliações

O professor Siqueira declarou ao *Informativo Adusp* que desde que saiu da FIA vem sofrendo retaliações e assédio moral. “Não aleguei o motivo, simplesmente pedi demissão. Decidi virar um

RDIDP puro”, explica. Quando ingressou na FEA por processo seletivo, em 1990, como auxiliar de ensino, Siqueira diz ter sido imediatamente “compelido a ingressar na FIA, sem opção”, em razão de sua condição de contratado a título precário: “Descobri a função de ser precário, que é ficar na mão deles”, diz, referindo-se aos coordenadores de projeto da entidade privada.

Foi a efetivação em concurso público que lhe concedeu a “carta de alforria”, na medida em que se sentiu seguro para romper com a fundação sem correr o risco de perder o cargo na USP. Segundo Siqueira, não era possível compactuar com a venda de diplomas a R\$ 30 mil reais, com selo “USP” ao invés de “FIA”.

Na sua opinião, os cursos do tipo MBA são um modo de “lavar diplomas de faculdades que oferecem baixo nível de ensino”.

Ele relata uma série de perseguições: “Fui perdendo tudo o que tinha. Estou sem orientandos. Conseguiram impedir meu recredenciamento na pós-graduação”. Foi destituído dos cargos que ocupava: os de coordenador da área de Métodos Quantitativos e Informática (MQI) e de membro das comissões de pós-graduação e de seleção de mestrado e doutorado. Posteriormente a retaliação estendeu-se à pós-graduação da Economia, onde lecionava uma disciplina. “Quero recuperar meus direitos, para poder cumprir os meus deveres”, protesta.

Baile da Adusp 2009

**4 de dezembro, a partir das 20h,
no Clube dos Professores**

Janlar e música ao vivo com pista de dança
Pede-se confirmar presença até dia 1/12 por telefone (3091-4466) ou e-mail (secretaria@adusp.org.br).
Este convite é intransferível e válido para duas pessoas.

O baile de final de ano da Adusp já se tornou uma tradição do campus do Butantã. É uma ótima ocasião para deixar de lado os aborrecimentos e inquietações (ao menos por algum tempo!) e cair na dança pra valer!

CR quer reunião com Rodas

Em reunião realizada no dia 19/11, o Conselho de Representantes da Adusp decidiu convidar o novo reitor, professor João Grandino Rodas, a participar de reunião do CR, a realizar-se na semana de 7 a 11/12, com o intuito

de debater temas de interesse da entidade, como Estatuinte, carreira, Gatilho, produtividade e fundações privadas ditas “de apoio”.

A diretoria encaminhou ofício ao reitor formalizando o convite.

Deliberações da Assembléia da Adusp de 24/11/09

Valorização salarial dos níveis iniciais da carreira:

A Assembléia aprovou encaminhar ao Fórum das Seis proposta de pauta específica dos docentes visando a valorização salarial dos níveis iniciais da carreira, como parte da valorização da carreira como um todo.

Delegação da Adusp ao 29º Congresso do Andes-SN:

A Assembléia indicou uma lista de colegas que deverão ser consultados acerca de sua disponibilidade para representar a Adusp no referido congresso a realizar-se no período de 26 a 31 de janeiro de 2010, em Belém do Pará.